

QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL: Reflexões sobre o campesinato no Capitalismo

Edilene de Jesus Santos¹

RESUMO

A demanda crescente do mercado mundial por *commodities* influenciam governos e lideranças da sociedade civil a defender a ampliação da oferta desses produtos. Nota-se a presença de atividades ligadas ao setor agroindustrial e de culturas com alto grau de tecnologia. Tais reconfigurações no campo partem da perspectiva do desaparecimento de agriculturas tradicionais e camponesas em favor da supremacia da empresa agrícola. O presente trabalho discute a importância dos camponeses como atores sociais do meio rural, e na configuração da produção rural sustentável. Portanto, a permanência desses atores torna-se fundamental na busca de alternativas para a sustentabilidade no campo.

Palavras-Chave: Capitalismo, campesinato e desenvolvimento.

ABSTRACT

The growing market demand for commodities worldwide influence governments and civil society leaders to advocate expanding the supply of these products. Note the presence of activities related to crop and agro-industrial sector with high technology. Such reconfigurations in the field from the perspective of disappearance of traditional agriculture and farmers in favor of the supremacy of the agricultural enterprise. This paper discusses the importance of the peasants as actors in rural areas, and the configuration of sustainable farming. Therefore, the permanence of these actors is fundamental in finding alternatives for sustainability in the field.

Keywords: Capitalism, peasantry and development.

¹ Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA). edileneeconomia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As intervenções na agricultura impulsionadas por uma conjuntura internacional favorável e por anseios desenvolvimentistas do Estado Brasileiro possibilitou a apropriação do capital na agricultura com as transformações impostas pela penetração da industrialização capitalista. O crédito agrícola subsidiado, juntamente com incentivos fiscais, políticas de preços mínimos e pesquisa e extensão rural, constituíram esteio central deste processo.

A presença de atividades ligadas ao setor agroindustrial e de culturas com alto grau de tecnologia tornaram-se marcantes. Diante disso, tornou-se evidente para alguns autores que tendo Marx (1980) como referência, acreditavam que numa sociedade capitalista, a permanência e sobrevivência de uma razão não capitalista estariam condenadas ao desaparecimento, estas não se sustentariam num ambiente capitalista.

Destarte, autores como Lênin (1980) e Kautsky (1980), partem da perspectiva de diluição do campesinato pelo capitalismo, no qual de diferentes formas a sobrevivência do camponês estaria comprometida, sendo esta substituída por uma agricultura capitalista, dominada pelo capital industrial. Os latifúndios rurais seriam transformados em empresas agrícolas, aptas a investir em tecnologias e reproduzir capital.

No entanto, em muitos países, inclusive no Brasil, as sociedades tradicionais e camponesas sobrevivem, persistem no capitalismo e na sociedade moderna, refutando na prática o pensamento clássico fundado na obra de Marx (1980). Nos dias atuais, essas sociedades por muitos tidas como tradicionais aparecem como alternativa, em estratégias de sustentabilidade, às transformações modernas e ao desenvolvimento predatório a elas devido.

1 O CAMPESINATO NA AGRICULTURA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL.

Antes de fazer a abordagem sobre a questão agrária e o campesinato, cabe indagar: o que é ser considerado camponês? Nesse sentido Redfield apud Abramovay (1992a, p 109), define:

Chamarei de camponês quem tem ao menos essas três características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro . Vê-se o camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento.

Por seu turno, Shanin apud Abramovay (1992b, p.109) assim vê a questão:

Delimitaremos campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas; a unidade familiar, como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como o principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores.

Ambas as visões fazem uma associação entre camponeses e cultura tradicional. Para os propósitos deste estudo essas definições são restritas na medida em que entende como camponeses apenas os produtores de pequenas comunidades rurais de cultura tradicional. O presente trabalho terá como referência a definição mais ampla de Costa (2000a, p. 114), para quem camponesas são:

Aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural seja ela extrativa, agrícola e não-agrícola, sendo desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem como resultado dessa alocação.

Está presente nesta definição a ênfase que Chayanov (1974) põe na centralidade das necessidades reprodutivas da família no processo decisório da empresa camponesa, posto que esta constitui uma unidade indissociável entre a esfera de produção e esfera de consumo. Mas é possível tratar como camponeses, portanto como estruturas de mesma natureza e que se reportam às mesmas razões de fundo, tanto produtores rurais de base familiar que vivem em contextos tradicionais, como seus congêneres que vivem em contextos modernos.

Em qualquer dos casos, o agricultor, produtor ou unidade familiar tem o centro das decisões de produção na família, as mudanças que possam vir a ocorrer, devem estar de acordo com as capacidades e necessidades da mesma. O produtor é considerado camponês quando sua produção está completamente atrelada à reprodução da família, decidindo e agindo em função da garantia de reprodução e sustentação familiar. Em perspectiva inversa, quando a racionalidade de uma unidade produtiva é a acumulação totalmente pautada no lucro, ela não é camponesa.

O que diferencia a unidade camponesa da empresa capitalista é que a primeira acumula recursos de capital para garantir a reprodução da família, tendo este fator como a razão de existência; já a segunda supõe a centralidade no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. Diante disto, ao contrário dos

empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução familiar.

2 A PRESUMÍVEL DISSOLUÇÃO DO CAMPESINATO PELO CAPITALISMO: AS ABORDAGENS DE MARX, LÊNIN E KAUTSKY.

Marx no livro *O Capital* (1985) observava a sociedade capitalista do seu tempo e baseado nas experiências anteriores do século XVIII, mais precisamente na Inglaterra, analisa a especificidade da sociedade outrora em construção. Percebeu a presença dominante da relação mercantil da mercadoria, como um fenômeno. Sendo esta um elemento que penetra em todos os campos seja no aspecto social e econômico, fazendo com que a acumulação agora fosse de mercadorias e não de pedras preciosas.

Desta maneira, a nova sociedade foi concebida de forma polarizada sendo que de um lado estavam os trabalhadores destituídos da sua riqueza econômica e dos meios de produção, e de outro, os capitalistas, detentores dos bens econômicos (e políticos). A referência para consolidar o sistema capitalista seria a propriedade da terra. Com essas modificações a sociedade gira em torno de classes que para Marx seriam: os trabalhadores (com a sua força de trabalho) e os patrões empresários capitalistas (detentores dos meios de produção).

Fica evidente para esta concepção que a economia camponesa seria fadada ao desaparecimento, não podendo reproduzir-se no capitalismo, a cujas leis não se adaptariam dado que se mostravam incompatíveis com sua racionalidade. Não obstante, Marx reconheceu que essa razão forma de produção não-capitalista específica seria funcionalizável pelo capital mercantil e usurário. Mesmo assim, ao final seria incompatível com o domínio direto que se daria com a subsunção real do trabalho presente na fase industrial do modo de produção capitalista. Essas formas de produção seriam destruídas pelas tensões das forças do capitalismo, exógenas ao seu universo.

Lênin (1980), um profundo conhecedor de *O Capital*, obra de Marx, realizou um trabalho com forte empiria buscando indicar a validade dessa obra com respeito ao campesinato. Pauta o seu estudo no processo social da Rússia fazendo uma leitura relevante dos principais pontos do ideário capitalista naquele país. As análises de Lênin nos censos de 1897 e 1905 foram importante, na medida em que acompanharam dois períodos e permitiram a comparação entre os mesmos. As estatísticas e as tabulações especiais do autor partem dos estratos de área, o que contribui para uma análise mais sofisticada.

Lênin tem as relações sociais como o grande motor das externalidades do capital mercantil e camponês, sendo que os camponeses como uma força mais fraca perdem a condição camponesa e transformam-se em assalariados ou então migram para as cidades.

A desagregação do campesinato constitui-se então, para Lênin, em evento importante para a transição de uma economia capitalista. O capitalismo é um sistema que não surge sem uma base que o impulse e garanta a sua afirmação, configurando-se num conjunto de contradições que conduzem à desintegração do modo de produção anterior. A desagregação do campesinato ocorreria em um processo lento e gradual, tanto no âmbito das relações sociais como nas técnicas de produção.

Já Kautsky (1980) apresenta a tese de que as atividades agrícolas perderiam sua especificidade, principalmente a camponesa, sendo estas substituídas por processos industriais e pela penetração da industrialização na agricultura, através de métodos de aplicação de tecnologias para garantir o abastecimento do crescente mercado.

A economia camponesa seria superada pelo progresso técnico. E para o autor, o progresso técnico é levado à agricultura moderna pela burguesia rural, tanto a pequena como a grande, com a particularidade de que a última desempenha para ele, o papel mais importante.

Destarte, os camponeses seriam suprimidos pelas atividades industriais, por não deterem de parâmetros econômicos para concorrerem com as empresas capitalistas. Neste processo de modernização e desenvolvimento não teria espaço para unidades familiares de produção e o camponês seria um agente passivo, que apenas submetia-se com passividade a estas determinações impostas pelo sistema.

3 PERMANÊNCIA E CAPACIDADE EVOLUTIVA DO CAMPESINATO: ABORDAGENS REFLEXIVAS DE CHAYANOV, TEPICHT, SHANIN E COSTA.

Chayanov (1974) contrapõe-se à referência Marxiana por acreditar na adaptação do camponês ao sistema capitalista, capaz de reproduzir com ele indefinidamente, respondendo à sua maneira, às tensões próprias do capitalismo industrial. Defende a tese que a lógica da reprodução do campesinato baseia-se na economia familiar, tendo como base estritamente a mão de obra dos membros da família.

O ponto de vista Chayanoviano centra-se na unidade familiar, tendo esta entendida por ele, como a base do camponês, sendo a sua estrutura constituída a partir da família. A produção camponesa mediada unicamente para a satisfação das necessidades familiares, tendo a mão de obra familiar como elemento mediador das suas necessidades. E é exatamente esse modo de vida dos camponeses que para ele, é constituído por elementos

que ainda o fazem persistir frente aos investimentos econômicos capitalistas. Mostrando assim, um campesinato não subordinado à lógica do capital, mas presente com suas especificidades e afirmação.

Dessa maneira, Chayanov coloca a sua aceção aproximando-se da visão marxiana por considerar o campesinato como modo de produção, sendo um conjunto coerente e distinto de forças produtivas e de relações sociais entre os homens. Para ele, o segredo da longevidade da economia camponesa estaria relacionado com o fato de que o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular, pelo contrário, ele associa-se a uma série de formações, adaptando-se, interiorizando-se da sua maneira às leis econômicas de cada uma e deixa ao mesmo tempo a sua marca em cada uma delas.

Já Tepicht (1973) contrapõe-se à visão marxiana quanto às suas pressuposições micro, aceitando-as, todavia, como macro referência, em uma interação com a visão interna e micro de Chayanov. Assim, defende que é a associação entre o campesinato e as empresas capitalistas que poderiam resultar no declínio do primeiro grupo. Entende-se aqui, nesta compreensão, a questão da convivência entre as duas formas de produção.

Tepicht também contrapõe-se à Chayanov em relação ao esforço da família camponesa. Enquanto para Chayanov o uso do trabalho familiar se faria por um contínuo de aplicação de capacidades homogêneas, onde não haveria distinção qualitativa entre cada unidade sucessiva de trabalho, em que a unidade adicional seria sempre mais penosa e menos útil, para Tepicht o trabalho familiar é composto por duas partes qualitativamente diferentes, a depender do caráter das forças que são colocadas em vigor (transferíveis e não – transferíveis a outros setores econômicos), o caráter material do produto dele resultante e da remuneração do trabalho escondida no preço desses produtos.

Diante disto, o trabalho marginal, que em Chayanov opera mediante condições subjetivamente avaliadas pelo camponês, para Tepicht deriva de situações objetivas co-determinadas por uma economia englobante que se aproveita da sua fraca mobilidade profissional.

Através de seus estudos baseados em estruturas de dados estatísticos privilegiados, Shanin (1974) mostra o campesinato fazendo inovações na agricultura, incluindo em suas análises os pontos de referências Marxiana e Chayanoviana. Ele concorda com a primeira quanto à diferenciação social dos camponeses e a relevância da especificidade da vida social e econômica, com desdobramentos de mudança de inovação e não de transitoriedade. Sendo o trabalho familiar a base destas mudanças.

Para Shanin, tanto Lênin como Chayanov estavam corretos em suas análises. A determinação geográfica também está operando, o que acontece é a junção dos dois

elementos forças econômicas e demográficas polarizadas que entra como vetor de nivelamento ou em contraste com as mesmas, o que antes era tido como divergente.

O autor sinaliza em suas obras, as possibilidades da reprodução camponesa, com base na força de trabalho da família, de acrescentar a importância de mudanças e permanências, pela singularidade de suas especificidades.

Costa (2000), tendo como ponto central a discussão dos aspectos produtivos e reprodutivos da estrutura camponesa e considerando princípios defendidos por Chayanov e regulações indicadas pela economia política marxista, apresenta uma visão alternativa que considera a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz de conduzir estratégias de reestruturações e permanências, frente às conjunturas adversas e estruturas sociais diferenciadas das sociedades capitalistas. Aliado a isto, ele mostra a preocupação com a agricultura e suas especificidades, acreditando que a unidade camponesa é provida de mecanismos que podem promover um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a discussão sobre a permanência dessa racionalidade no âmbito da sociedade capitalista, torna-se fundamental, pois o camponês configura-se como elemento capaz de adaptar-se e sobreviver num sistema que difere da sua racionalidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Abramovay (1992c) o camponês tinha que ser tratado de forma específica, como estaria fadado ao desaparecimento, pensava-se numa política de assistência social para esses agricultores. Corroborando a visão dos autores acima citados, ele determinava uma unilateralidade da indústria para a agricultura. Seria a indústria impondo o seu projeto para a agricultura subordinando a mesma.

As políticas derivadas do Estado para a agricultura no Brasil sofreram em grande medida influência destas ideias, fato este presente nas políticas agrícolas, sobretudo aquelas que têm o crédito como seu mecanismo de ação.

Essa visão capitalista de consumo industrial contrasta com o modo de perceber a natureza das populações ribeirinhas, sobretudo da Amazônia, em que consagram a esta como elemento vivo para a garantia da reprodução e sobrevivência das comunidades locais.

De modo semelhante, também são encontradas no Estado da Bahia populações rurais que contrastam com o modelo de consumismo e produção em escala industrial do sistema capitalista. Agricultores que lidam com a terra e a preserva para o seu sustento e para garantir a reprodução da família.



Diante disso, o presente trabalho parte do entendimento que a racionalidade camponesa, baseada na diversidade e especificidades, contrapondo-se a homogeneidade proposta pelo capital através de pacotes tecnológicos do modelo mecânico- químico, pode configurar-se como um ator social, capaz de conduzir a sua história e possibilitar a base para a construção do desenvolvimento sustentado, sobretudo para a agricultura.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas, Hucitec - ANPOCS, 1992.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: 1974.

COSTA, F.A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento Sustentável**. Belém: EDUFPA. 2000.

KAUTSKI, K. **A questão Agrária**. São Paulo. Proposta Editorial. 1980.

LENIN, Vladimir. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Coleção Alicerces, Debates, 1980.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Coleção os economistas).

SHANIN, T. **Naturaleza y lógica de La economia campesina**. Editorial Anagrama, 1974.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais**. Librairie Armand Colin, Paris., 1973.